

I/EMIGRAÇÃO EM TERRAS MINEIRAS: A CHEGADA DAS FAMÍLIAS DE IMIGRANTES ITALIANOS E A PARTIDA DE SEUS DESCENDENTES

Sandra Nicoli¹

Minas Gerais tornou-se destino secundário da colonização italiana no Brasil. As famílias de imigrantes italianos, que destinaram para Minas, em sua maioria, já possuíam experiência imigratória. Itueta e Santa Rita do Itueto foram destinos de muitas famílias de origem italiana provenientes do Norte da Itália que se estabeleceram primeiramente no Espírito Santo. A chegada dessas famílias, no início do século XX, promoveu uma nova configuração a esse território. Ao longo dos anos, com o fracionamento das terras, a sobrevivência dos descendentes, das gerações mais novas, fica comprometida. A opção por emigrar torna-se atrativa. O objetivo é analisar a *i/emigração* em Itueta e Santa Rita do Itueto. Trata-se de um estudo descritivo que utiliza uma abordagem qualitativa através de relatos orais e entrevistas em profundidade. Uma das diferenciações entre a imigração italiana do século XIX e a atual emigração dos descendentes, iniciada no final do século XX, para a Itália, é que a primeira era familiar, composta por camponeses, com pouca escolaridade. Já a segunda é individual, composta, também, por pessoas de origem rural, com nível médio de escolaridade. Esses dois fluxos, dos italianos vindo para o Brasil e, atualmente, dos seus descendentes em direção inversa se distanciam não apenas no tempo, mas também no perfil do emigrante e no projeto migratório. Enquanto as famílias de origem italiana chegaram às localidades mineiras, com o objetivo de nelas permanecerem, os descendentes emigram para a Itália com o projeto de retornar e investirem na origem. Estas práticas têm reconfigurado esse território.

Palavras-Chave: Território, imigração italiana, emigração dos descendentes.

Introdução

Os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações, tanto internas como internacionais, se constituem num elemento essencial para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais. O Brasil, desde 1500, é um importante cenário onde se desenrola o fenômeno das migrações internacionais e internas.

O projeto imigrantista de colonização² era baseado na pequena propriedade familiar. Seyferth (2000, p. 309) afirma que *“tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar”*.

Santos (2010) enfatiza que a imigração transoceânica trouxe, para a América, milhares de europeus de origem camponesa. Nesse contexto, na segunda metade do século XIX, inicia-se em grande escala a imigração européia, principalmente a italiana. Esta, segundo Trento (1989), teve início a partir dos anos de 1870, transformando-se em um fenômeno de massa anos depois. A corrente imigratória italiana revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto, norte da Itália, foi a que mais forneceu imigrantes para o Brasil conforme destacou Bassanezi (1995).

¹ Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce – Univale. Graduada em História. E-mail: nicolinicoli@hotmail.com

² O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (DADALTO, 2009).

A região Sudeste teve um grande destaque em relação a esta imigração e foi a que recebeu a maioria dos imigrantes. Minas Gerais tornou-se destino secundário da colonização italiana no Brasil (TRENTO, 1989). O fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais³ foram os italianos. Mesmo que Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia, a corrente italiana foi a que mais se impôs (MONTEIRO, 1994).

Grosselli (1998) apud Biasuti, Loss e Loss (2003) realça ter tido em Minas Gerais duas importantes ondas de imigração. Sendo:

[...] a primeira, de 1880 a 1900, e a outra a partir de 1910; e que, em tese, a entrada de colonos se deu em função dos limites geográficos da província, determinada pela localização dos portos marítimos vizinhos. Foram, por essa razão, três as vias principais de entrada: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (BIASUTTI, LOSS, LOSS, 2003, 77).

Nesse contexto, Minas Gerais foi o último destino das famílias de imigrantes que, em sua maioria, já possuíam experiência migratória em outra localidade. Nas terras mineiras, diversos foram os destinos, tais como: Belo Horizonte, Itueta, Juiz de Fora, Machado, Poços de Caldas, Ponte Nova, Santa Rita do Itueto e São João Del Rey (NICOLI, 2014).

O presente estudo tem como objetivo analisar a *i/emigração* nas terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto. Trata-se de um estudo descritivo que utiliza uma abordagem qualitativa⁴ através de relatos orais e entrevistas em profundidade. A chegada, no início do século XX, de famílias de origem italiana promoveu uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores. A partida de seus descendentes, das gerações mais novas, para a Itália, a partir do final do século XX e início do século XXI, tem reconfigurado esse território.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno *i/emigratório*⁵, trabalhamos com a memória dos descendentes mais antigos dessas famílias de imigrantes italianos a partir dos relatos orais e, com as falas dos descendentes emigrantes a partir de entrevistas em profundidade e da análise dos referenciais bibliográficos. Realça-se que as narrativas efetuadas por meio da metodologia da História Oral⁶ foram de fundamental importância. Tal metodologia permite o registro de práticas, costumes, identidades e tradições referentes à origem. Contribuindo assim, na compreensão do processo de adaptação e de integração no

³ Indiscutivelmente, foi a corrente italiana preponderante na imigração para Minas Gerais. Entre 1894 e 1901, dos 52.582 imigrantes que entraram no Estado, 47.096 (89,5%) eram italianos. (ANASTÁSIA, 1990).

⁴ Foram colhidos e analisados 29 relatos orais com descendentes mais antigos residentes na região e/ou proximidades e, 15 entrevistas em profundidade com descendentes que emigraram para a Itália.

⁵ Este estudo faz parte da dissertação de mestrado intitulada: “*I/Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – A chegada dos *nonos* e a partida de seus descendentes para o norte da Itália*”.

⁶ Ressaltamos que a fonte oral, além de coletada, deve ser interpretada e analisada cuidadosamente e que, em função de sua natureza diversificada e estreitamente vinculada ao cotidiano, favorece uma pesquisa com espaço para falas de sujeitos, em geral, anônimos (SILVEIRA, 2007, p. 03).

novo ambiente. Através das narrativas, os atores sociais destacam suas presenças como sujeitos históricos na dinâmica da vida social (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Nos caminhos das Minas Gerais

A Mesorregião do Vale do Rio Doce fez parte da estratégia governamental de colonização, tornando-se a última região mineira a ser colonizada (ESPINDOLA, 2005). E foi nessa conjuntura que as localidades de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, foram palco da chegada de diversas nacionalidades de imigrantes tais como: italianos, alemães (pomeranos), portugueses, espanhóis e de migrantes de origem brasileira. Realça-se, inicialmente, que a presença da origem italiana se tornou marcante, ao longo dos anos, em relação às outras nacionalidades (NICOLI, 2014).

A título de localização, pode-se visualizar, na figura 01, a Microrregião de Aimorés, situada na Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce, e os municípios que a compõem, entre eles, Itueta e Santa Rita do Itueto, focalizados neste estudo.

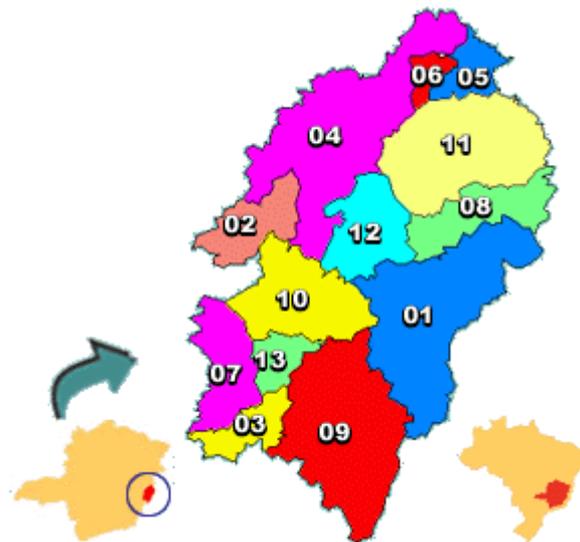


Figura 01: Microrregião de Aimorés – MG

Fonte: Elaboração própria. 1. Aimorés, 2. Alvarenga, 3. Conceição de Ipanema; 4. Conselheiro Pena; 5. Cuparaque; 6. Goiabeira; 7. Ipanema; 8. **Itueta**; 9. Mutum; 10. Pocrane; 11. Resplendor; 12. **Santa Rita do Itueto**; 13. Taparuba

O Sertão do Rio Doce, durante séculos, foi visto pelos governos como um local de riquezas e por esse motivo protegido. Ao perceberem que não existiam os minerais preciosos, a partir do século XIX, começam a divulgar que as terras eram propícias para a agricultura e para o povoamento às margens do Rio Doce. Até o final do século XIX, os avanços em

relação à ocupação definitiva foram bem discretos, pois ainda continuava dominado pelos índios Botocudos⁷ e por uma extensa floresta (ESPINDOLA, 2005).

No entanto, no início do século XX, o Vale do Rio Doce via sua paisagem sendo modificada com a abertura da floresta para a construção e fornecimento de carvão para a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). O desejo de construção de uma ferrovia ligando Minas ao litoral espírito-santense existia desde meados do século XIX, porém somente em princípios do século XX é que se dá o início da construção da ferrovia. Inicialmente vista como eixo exportador de minério de ferro, ligando Minas Gerais e Espírito Santo, a ferrovia foi avançando e penetrando pelo Vale do Rio Doce (BRITO e PINHEIRO, 2009).

A construção da ferrovia foi, segundo Espindola (2000), o principal fator de aceleração para colonizar o Vale do Rio Doce. Destaca-se que um dos primeiros benefícios da ferrovia foi a ligação comercial entre terras mineiras e espírito-santenses. Outro aspecto importante foi a possibilidade de transporte oferecida aos migrantes que optassem por construir uma nova vida em outras terras (ESPINDOLA, 2005). Nesse contexto, no início do século XX, por volta dos anos de 1920, Itueta e Santa Rita do Itueto viram suas férteis terras sendo povoadas por migrantes de origem brasileira, portuguesa, espanhola, alemã (pomerana) e por um contingente expressivo de origem italiana (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

Nos estudos sobre a imigração italiana no Brasil, mais especificamente sobre a procedência regional e o perfil, é possível verificar que a migração de origem italiana para as terras mineiras segue o mesmo padrão. Portanto, os migrantes que se destinaram para Itueta e Santa Rita do Itueto eram, em sua maioria, famílias camponesas oriundas do Norte da Itália, principalmente do Vêneto. Cabe destacar que os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor, se comparados aos seus descendentes nascidos em terras brasileiras. Esses descendentes eram, em sua maioria, nascidos no Espírito Santo, mais precisamente nas regiões de Alfredo Chaves e Castelo (NICOLI, 2014).

Realça-se que a maioria dessas famílias, imigrou primeiramente, quando desembarcaram no litoral do Espírito Santo, para a região de Alfredo Chaves. Após alguns anos, devido, sobretudo, ao crescimento populacional e a oferta de novas terras em outras regiões espírito-santenses, muitas famílias italianas optaram por migrar para a região de Castelo, que ainda estava praticamente inabitada e o preço da terra era mais acessível. Portanto, partem famílias de imigrantes italianos, tanto da região de Alfredo Chaves quanto de Castelo para Itueta e Santa Rita do Itueto. A rede de parentesco, amizade e informações cumpriu papel fundamental na decisão de migrar para Minas (NICOLI, 2014).

⁷ Segundo Espindola (2005, p. 422) “A antropofagia dos Botocudo também não se encontra fundamento na documentação das divisões militares, não passando assim, de acusações para justificar as investidas contra eles e seus territórios, dentro da tradição portuguesa do conceito de guerra justa”.

Enfatiza-se que as localidades destacadas acima, são tipicamente rurais, prevalecendo propriedades de caráter familiar. A base econômica está fundamentada na agricultura. A produção cafeeira e a pecuária leiteira constituem suas principais atividades econômicas. Nessa acepção, a configuração social do território foi marcada pela pequena propriedade rural e pela cultura cafeeira conforme afirmou Nicoli (2016).

A decisão por migrar para as terras mineiras localizadas próximo à divisa interestadual ocorreu devido à estagnação econômica e a impossibilidade de garantir o sustento das novas famílias, constituídas pelos filhos dos imigrantes italianos, resultando um contexto de fracionamento da terra. Diante da situação, uma alternativa foi uma nova migração, agora com destino a Minas. O motivo dessa escolha era a qualidade e o baixo valor das terras, a abundância de nascentes de água, e as florestas como ressaltou Nicoli (2014).

Assim como as famílias que partiram da Itália para o Brasil, no século XIX, as novas famílias constituídas pelos filhos dos imigrantes estabelecidos no Espírito Santo optaram por migrar, quando suas pequenas propriedades já não ofereciam mais condições para o sustento da família. Nesse sentido, o grande anseio era de se tornarem também proprietários de terras, já que as terras adquiridas pelos pais, no momento da chegada ao Espírito Santo, tornaram-se pequenas para o sustento de toda a prole (NICOLI, 2016).

[...] Meu pai quando veio para Minas, [...] era mata purinha. [...] Santa Rita era mata pura! [...] não tinha nenhuma casa. (pausa). Não tinha nenhuma casa. Era mata pura! (A. Bersan, 94 anos, Resplendor).

[...] os italiano antigo falava assim: “aonde é que tem muita água e tem queda de água, tem prosperidade.” [...], é muita fartura. Eles só falam que tinham muita fartura. Que nossa mãe! Aqui era uma benção, que tudo que plantava até estragava, fartura demais! [...] Porque tudo que prantava dava com fartura, né. (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

A migração interna, segundo Dadalto (2009), tinha como objetivo a procura de mais e melhores terras – projeto que vieram construir e concretizar por meio do árduo trabalho, utilizando estratégias individuais e coletivas capazes de garantir a sobrevivência.

Ao decidirem emigrar para Minas estes adquiriam mais terras com preços mais em conta em relação ao Espírito Santo e para a sobrevivência da família mais terras teriam. E os que ficaram [ES] passariam a ter mais terras, pois houve o esvaziamento das terras por algumas famílias. Então, era solução para quem permanece [ES] e para quem migra [MG]. (M. Ton, 77 anos, Santa Rita do Itueto).

Para as famílias de origem italiana, a terra tem uma importância significativa. Conforme Franzina (2006) *apud* Dadalto (2009), a terra significava, para as famílias imigrantes, o porto para o qual se voltavam todas as esperanças, talvez até a meta das maiores ambições. Nessa acepção, a posse da terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade.

A vinda pra cá naquela época era bem difícil, [...]. Saí de um lugar santo pra vim pra um lugar desse, no meio de uma mata... (A. Nicoli, 81 anos, Itueta).

Tudo mata pura. Lutando com dificuldade e tali, foi assim. A vida aqui foi trabalhar, lutar e trabalhar. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

A Mata Atlântica não apresentava condições para viver e a decisão de sair de um território conhecido, levava-os a pensar que deixaram um lugar santo. A família deveria transformar a mata em terras cultivadas e moradia, mas talvez o desafio maior seria *re-significar* a mata como oportunidade de trabalho. O novo território se constituía na oportunidade de reviver o sonho dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, com a promessa de terra farta e inteiras condições de desenvolvimento. A impossibilidade de manter o sustento das novas famílias constituídas em solo espírito-santense lançou-os rumo ao desconhecido, como os seus antepassados (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

É significativo que as narrativas evoquem com frequência o cenário da mata e o trabalho árduo, revelando a estranheza das famílias que saíram de um ambiente já organizado e se deslocaram para uma região com poucos ou quase nenhum recursos. A referência à mata se torna fundamental para assinalar o esforço de transformação levado a cabo por essas famílias. Em todas as narrativas está presente o intenso trabalho de toda a família, que se torna uma forte marca identitária desse grupo de migrantes que se estabeleceu em Minas, pois era o trabalho que os dignificava (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Realça-se que, como essas famílias de migrantes já haviam passado por um processo de reterritorialização em outro local, os traços culturais encontravam-se alterados em relação à originalidade italiana. Nesse sentido, tantos os traços de continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem foram essenciais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente conforme ressaltou Nicoli (2016).

Saquet (2009, p. 214) enfatiza que a reterritorialização é “*uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações*”. Assim, as famílias de migrantes italianos trouxeram para Minas, além de suas práticas de cultivo da terra, suas tradições, seus valores, suas festas e sua religiosidade que acabaram moldadas no novo ambiente.

Era só italianos⁸! [...] E os italianos são muito alegre, muito felizes, [...], existe ainda, a tarantela, todo mundo cantando as músicas italiana, [...], que eles cantavam, quando eles vieram, [...]. Ah era assim, [...] trabalhavam muito. Mas era assim, todos feliz, [...] a tarde chegava do trabalho, tomava um banho, jantava, rezava o terço, [...]. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

⁸ Embora apenas uma pequena parte dos imigrantes tenha nascido na Itália, eles e seus descendentes se denominam italianos e atribuem aos não descendentes o adjetivo de “brasileiros”. Expressão muito comum na região: “*nós e os brasileiros*” ou “*nós e os italianos*” (NICOLI, 2016).

A festa que eles fazia, mais é de italiano aí nas época. Naquelas época, vamos dizer [...], era a bebida alcoólica e o vinho, vinho e alguma cachaça ou outras bebida quente, e a comida era um feijão, eles falava tutu de feijão. [...]. Fazia, macarrão à vontade, por exemplo, tipo comida assim, de servir mesa né, prato. Todo mundo comia no prato e mais as bebida era o vinho, um pouco de bebida alcoólica e eles cantava muito a música italiana. [...]. Cantava aquelas músicas na língua italiana e tocava. Tinha [...] uns que tocava, uns italiano véio que tocava também... [...] Tocava a Sanfona. [...]. E dançar, [...]. Nós dançava assim: o sol cobria lá... acendia as lamparina, era lampião nas parede assim, com óleo, lampião. [...]. Naquele tempo tinha as dança boa de dançar [...]. Aquele tempo nós dançava bem o xote, a valsa, a rancheira que alguém fala mazuca [...]. Era esses toque assim, que nós dançava, o xote. Pro cê ter uma idéia, dançava era sempre em casa [...] de assoalho [...], a sanfona, o italiano trata como remônica... [...] remônica [...]. E o sanfoneiro. Até o dia clarear... [...]. (A. Nicoli, 81 anos, Itueta).

Enfatiza-se que, entre os descendentes mais antigos residentes na região, ainda há a permanência da fala em dialeto italiano, danças, canções italianas e de comidas típicas. A culinária é uma das marcas mantidas. No entanto, é possível perceber que há uma adaptação identitária, especialmente aquela referente à culinária típica italiana. Nesse sentido, as tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras. Foram, portanto, agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Realizou-se, neste sentido, o objetivo de fazerem das novas terras “la nuova pátria” conforme destacou Nicoli (2016).

Nos caminhos das terras italianas

Até os anos de 1950, o Brasil era reconhecido como um país receptor de imigrantes internacionais. No entanto, a partir dos anos de 1960, há uma redução considerável no número de entrada de imigrantes. Nessa mudança de cenário, a Microrregião de Governador Valadares/ MG foi o ponto inicial da emigração de brasileiros para o exterior, principalmente para os Estados Unidos da América. Esse fluxo se espalha por toda a região e atinge, nos dias atuais, várias localidades brasileiras (SIQUEIRA, 2009). Atualmente, na Microrregião de Aimorés, é possível perceber um fluxo de saída de pessoas para o exterior, o que não deixa de afetar os descendentes das famílias de migrantes italianos de Itueta e Santa Rita do Itueto.

Enfatiza-se que com o passar dos anos e com o fracionamento das terras devido à herança dividida entre os muitos filhos das famílias de migrantes italianos em solo mineiro, a sobrevivência dos descendentes das gerações mais novas se tornou cada vez mais difícil, pois não havia mais a perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Essa situação, atrelada à procura pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo da atual sociedade acabou gerando um cenário que propiciou a emigração (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Destaca-se que muitos dos descendentes das gerações mais novas⁹ escolheram migrar internamente em busca de trabalho ou para dar continuidade aos estudos. Outros escolheram a migração internacional como forma de atingirem seus objetivos e alcançarem uma melhoria da qualidade de vida. Tal circunstância fez com que muitos descendentes, a partir da década de 1990, começassem a buscar o reconhecimento da cidadania¹⁰ italiana com o objetivo de emigrar (NICOLI, 2014, p. 104).

A emigração de descendentes para a Itália apresenta contornos diferentes em relação a outros destinos europeus. A história da Itália, as relações estabelecidas com o Brasil no passado e as facilidades oferecidas pela legislação italiana para a obtenção¹¹ da segunda cidadania por descendentes de imigrantes que chegaram às terras brasileiras no final do século XIX e início do XX, são fatores que contribuem para esta diferença e devem ser levados em consideração (FERNANDES e RIGOTTI, 2009).

Desde os anos de 1980, o fluxo migratório internacional da Mesorregião do Vale do Rio Doce é marcadamente direcionado para os Estados Unidos da América. Mesmo que no decorrer do tempo ocorra uma mudança nos planos iniciais, a maioria dos emigrantes tem como projeto retornar e investir na origem, objetivando melhorar sua condição socioeconômica (SIQUEIRA, 2009).

Inicialmente os descendentes de Itueta e Santa Rita do Itueto seguiram o mesmo fluxo, emigrando para os Estados Unidos. Porém o documento de dupla cidadania, que possibilita a entrada no território norte-americano sem o visto, não garante a inserção no mercado de trabalho. Portanto, ao exercer atividades laborais remuneradas, tornavam-se indocumentados¹². Com o atentado das torres gêmeas em 2001 e, conseqüentemente, o acirramento da fiscalização da Imigração norte-americana, o destino dos descendentes emigrantes muda de direção. Passam a se deslocar para o norte da Itália – a mesma região de origem dos seus antepassados (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

O documento de dupla cidadania é um fator determinante para escolherem emigrar para a Itália, pois através dele conseguem trabalhar e viver documentados no país. Estão livres dos constrangimentos de serem indocumentados, como é o caso dos que emigram para os

⁹ Durante a pesquisa de campo com os descendentes que emigraram para a Itália, foi possível constatar que é a partir da quarta geração que se configura a emigração para o exterior.

¹⁰ “A dupla nacionalidade, referida também como dupla-cidadania, é um *status* no qual um indivíduo é titular de duas nacionalidades. O Brasil autoriza a obtenção de outra nacionalidade. A Itália permite a obtenção de sua nacionalidade por *jus sanguinis*. No caso dos descendentes de imigrantes italianos, a obtenção da dupla cidadania é por *jus soli* (Brasil) e por *jus sanguinis* (Itália), ou seja, pela ancestralidade comprovada.

¹¹ Na Europa, somente a Itália permite a obtenção da nacionalidade por bisnetos de imigrantes e, em algumas situações, mais além dessa ascendência familiar. A facilidade em se conseguir o documento de dupla cidadania tem atraído muitos descendentes (FERNANDES e RIGOTTI, 2009).

¹² Consideramos o termo “ilegal” inapropriado para se referir ao emigrante, por essa razão utilizamos o termo indocumentado.

Estados Unidos. Outro fator é o desejo de conhecer a Itália das histórias contadas pelos seus pais e *nonos*¹³. Cresceram ouvindo que eram italianos nascidos no Brasil, portanto diferente dos “brasileiros” (NICOLI, 2014, p. 108).

Observamos que a ideia de identidade italiana e, especialmente, de uma identidade diferenciada da brasileira, permeia o projeto de emigração para a Itália, por outro lado é a ideia de continuidade nacional, de manutenção da cultura da pátria-mãe, mesmo no caso de imigrantes de mais de um século, que permite pensar o projeto migratório como uma imigração de retorno (SANTOS e ZANINI, 2012, p. 06).

Um dos principal motivo, eu tinha interesse de conhecer a Itália, saber de onde a minha origem foi, [...] um princípio meu, né, de onde [...], meus bisavó vieram, né. Tudo se originou de lá, né, então esse era um interesse meu de ir lá. E um interesse que eu também já fui [...], pra trabalhar, [...]. (M. Fazzolo, 31 anos, Itueta).

Ah, eles [os primeiros] disseram que a região lá [Itália] era muito desenvolvida, tinha muita necessidade de mão-de-obra. Por ser muito desenvolvida é que precisava de pessoas pra trabalhar, é aí que o imigrante entra. E como nós temos o documento fica bem mais fácil. (E. Mighiorin, 39 anos, Santa Rita do Itueto).

Sobre o documento de dupla cidadania, Tedesco (2010, p. 25) ressalta que “[...] não há projetos de envolvimento cultural de pertencimento, ou melhor, uma comum identidade; é apenas uma oportunidade instrumental para o mundo do trabalho para ambos os envolvidos (imigrantes e país de destino), [...]”. Realça-se que a cidadania italiana é um facilitador para essa mobilidade espacial, contudo, outros fatores devem ser considerados.

Chegam à Itália com o documento de dupla cidadania, confiando estar nas mesmas condições do italiano nativo. Porém, em suas falas, confirmam a desilusão em relação ao tratamento recebido como cidadãos italianos. O documento de cidadania ajudou na inserção legal no trabalho, mas não na sociedade italiana. São estrangeiros e só conseguem se inserir no mercado de trabalho secundário. A cultura vivenciada, na origem, não lhes ofereceu nenhuma identidade italiana que promovesse a inserção na sociedade de destino. Toda identidade que os definia no local de origem foi desmontada, ao se perceberem como qualquer outro estrangeiro no país de seus antepassados (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

No final do século XX e início do XXI, muitos descendentes de imigrantes italianos voltaram para a Itália em busca de emprego e melhores condições de vida, no entanto, apesar de possuírem cidadania italiana, frequentemente acabaram sendo tratados como “estrangeiros” no mundo europeu e italiano (SANTOS e ZANINI, 2012, p. 01).

Foi muito grande assim, foi muito grande, muito grande. Que você chegar num país que sua família, seu sangue tá ali né, nós somos descendentes de italiano. Então nosso sangue é italiano, mesmo que nós nascemos no Brasil. Aquilo dos nossos avós, no caso, e tudo fica no sangue. Eu tinha uma ideia assim muito forte, muito forte mesmo que era tudo certinho né, [...], mas, [...] a gente tem impacto assim, que não é aquilo que a gente pensava. [...]. Muita diferença! (E. Mighiorin, 39 anos, Santa Rita do Itueto).

¹³ É a maneira que os descendentes de imigrantes italianos chamam/tratam os avós e bisavôs.

Segundo Seyferth (2007) pertencer dá noção de uma ressonância moral, de compartilhar do mesmo sangue, do mesmo espaço, de uma contratualidade cultural e simbólica acima de tudo, de identidade coletiva e genealógica.

Aqui nós somos considerados italianos. Somos vistos como diferentes. Não tanto atualmente, mas somos diferenciados dos que não tem origem italiana. Quando a gente chega lá descobre que somos mais parecidos com os brasileiros do que com os italianos de lá. Eles nos consideram e nós nos sentimos estrangeiros. Como eles mesmos sempre falam: “extra comuni”. Nós somos de fora da sociedade deles. (P. Magri, 23 anos, Santa Rita do Itueto).

Mesmo que somos descendentes de italianos, temos o documento de cidadania concedido pelo Consulado da Itália no Brasil, lá nós somos vistos como estrangeiros, latinos, brasileiros. Nada do que nos define aqui no nosso local como italianos existe lá [Itália]. [...] Descobrimos que somos brasileiros mais lá do que aqui [Brasil]. Nem língua, nem comida, nem costumes nos ajudam a ser reconhecidos como italianos como aqui no nosso local. [...] Eles [italianos] compreendem que somos descendentes e temos direitos e deveres como italianos, mas não nos consideram como tais. (J. B. Magri, 35 anos, Santa Rita do Itueto).

O passaporte, símbolo concreto de pertencimento, possibilita a muitos destes descendentes se sentirem, de fato, parte da comunidade italiana. Para aqueles que efetuam a travessia da América para a Europa, fazer tal caminho tendo em mãos a prova de pertencimento é algo muito importante. Contudo, após a chegada no mundo europeu, o que observam é que, de fato, não são percebidos como iguais. São estrangeiros, mesmo possuindo comprovadamente a cidadania italiana e se sentindo italianos de fato e de direito (SANTOS e ZANINI, 2012, p.07).

Nesse sentido, os descendentes das famílias de imigrantes se vêem como parte de um processo histórico compartilhado. As histórias da imigração italiana para o Brasil são contadas e recontadas com o objetivo de marcar a sua grandeza. Tais narrativas permitem a continuidade de uma noção de pertencimento fundamentada no mundo de origem italiana. Na trajetória migratória, a ideia de italianidade construída pelos *nonos* e transmitida aos descendentes é desconstruída, pois ao chegarem à Itália percebem-se estrangeiros/brasileiros.

Considerações Finais

Este estudo analisou o movimento migratório ocorrido em Itueta e Santa Rita do Itueto a partir do início do século XX. Através dos relatos orais, entrevistas em profundidade e referenciais teóricos, conclui-se que a chegada de famílias de origem italiana promoveu uma nova configuração a esse território. A partida de seus descendentes, das gerações mais novas, para a Itália, a partir do final do século XX, tem reconfigurado o território.

Ao imigraram para o Brasil, os italianos carregavam consigo o desejo de recriar em solo brasileiro uma nova Itália. Diferentemente, os descendentes que emigraram no caminho inverso, têm como principal objetivo, trabalhar, fazer poupança, retornar e investir no local de origem. Assim, enquanto as famílias italianas objetivavam construir suas vidas no destino, seus descendentes as constroem na origem.

Referências Bibliográficas

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. **Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais - subsídios para uma história da imigração italiana**. Belo Horizonte: S.N., 2003.

BRITO, Adilson Aguiar; PINHEIRO, Tiago Cisalpino. O processo econômico de ocupação do Médio Rio Doce. In: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo. (Org). **Era Tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. “**Caderno de Filosofia e Ciência Humanas**”, da Faculdade de Ciências Humanas e Letras do Centro Universitário Newton de Paiva. Ano VIII, número 14, abril de 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERNANDES, Duval Magalhães.; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os Brasileiros na Europa: notas introdutórias. In: Anais da I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior - “Brasileiros no Mundo”. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2009.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

NICOLI, Sandra.; SIQUEIRA, Sueli. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: Beatriz Padilla; Elsa Rodrigues; Erika Masanet; Gleiciani Fernandes; Mariana S. Gomes; Thais França. (Org.). **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa: atas do 2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa**. 1ed. Lisboa - Portugal: ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa, 2012, v. 01, p. 29-42.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>

NICOLI, Sandra. //Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos *nonos* e a partida de seus descendentes para o norte da Itália. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

NICOLI, Sandra. Em terras brasileiras: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. In: I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, 2015, Vitória - Espírito Santo. I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias - Caderno de Anais. Vitória - ES: LEMM, 2016. v. 1. p. 224-236.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACHELLI, Ademir *et al* (orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SANTOS, Miriam de Oliveira.; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Memórias compartilhadas e comunidades imaginadas: os italianos al estero e suas relações com a emigração contemporânea para a Itália. In: XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro. 2012. <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/>, 2012. v. 1. p. 1-8.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SEYFERTH, Giralda. PÓVOA, Helion. ZANINI, Maria Catarina. SANTOS, Miriam (org). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria/RS. Ed. UFSM, 2007.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência E Conhecimento** – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo – Vol. 01, 2007, História, A.2.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TEDESCO, João Carlos. Do Brasil à Itália: processos históricos e culturais de uma nova realidade emigratória. *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo, 2010. v. 67, p. 21-36.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.